subdelegação, de reconhecimento como Pessoa Coletiva de Utilidade Pública foi publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 203, ficando condicionada à observância continuada dos requisitos estabelecidos nas alíneas *a*), *b*), e *c*) do n.º 3 do artigo 10.º do Código do IRC, com as consequências, em caso de incumprimento, previstas nos n.os 4 e 5 desta disposição.

2 de março de 2012. — O Diretor-Geral da Autoridade Tributária e Aduaneira, *José António de Azevedo Pereira*.

306012949

Despacho n.º 8320/2012

Ao abrigo da autorização concedida pelo n.º 1.8, do capítulo II, do Despacho de 2011-11-25, do Exmo. Senhor Diretor-Geral dos Impostos e atual Diretor-Geral da Autoridade Tributária e Aduaneira, publicado sob o n.º 6243/2012, no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 93, de 2012-05-14, subdelego nos chefes de finanças do distrito de Viana do Castelo bem como nos adjuntos de chefes de finanças da secção de cobrança, abrangidos pelo n.º 2, da Resolução n.º 1/2005, da 2.ª Secção do Tribunal de Contas, as competências para apresentar ou propor a desistência de queixa ao Ministério Público pela prática de crimes de emissão de cheques sem provisão emitidos a favor da Fazenda Pública.

Produção de efeitos:

Este despacho produz efeitos a partir de 2011-12-21, ficando, por este meio, ratificados todos os despachos entretanto proferidos no âmbito desta subdelegação de competências.

15 de maio de 2012. — O Diretor de Finanças de Viana do Castelo, *Manuel Sérgio Martins de Mesquita*.

206180773

Direção-Geral do Tesouro e Finanças

Aviso n.º 8354/2012

No âmbito do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 349/98, de 11 de novembro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 320/2000, de 15 de dezembro, e em conformidade com o disposto na alínea *b*) do n.º 10 da Portaria n.º 1177/2000, de 15 de dezembro, com a redação dada pela Portaria n.º 310/2008, de 23 de abril, dá-se conhecimento que a "taxa de referência para o cálculo das bonificações" (TRCB) a vigorar entre 1 de julho e 31 de dezembro de 2012 é de 1,443 %.

1 de junho de 2012. — A Diretora-Geral do Tesouro e Finanças, *Elsa Roncon Santos*.

206177209

Serviços Sociais da Administração Pública

Aviso n.º 8355/2012

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, na sua redação atual, conjugado com o n.º 3 do artigo 17.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, torna-se público que, na sequência de procedimentos concursais para ocupação de postos de trabalho do mapa de pessoal dos Serviços Sociais da Administração Pública (SSAP), foram celebrados contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com os trabalhadores abaixo identificados, tendo os mesmos concluído os respetivos períodos experimentais com sucesso:

Nome	Carreira e categoria	Nível remuneratório	Data de início
Maria João Barros Lago Costa Rodrigues	Assistente Técnico	5	12-10-2011
Maria José Oliveira das Neves Cruz	Assistente Operacional	1	15-11-2011
Anabela Maria Oliveira Ferreira Amaral	Assistente Técnico	Entre 7 e 8	21-11-2011
David Sérgio Carvalho Henriques	Assistente Técnico	Entre 9 e 10	01-12-2011

12 de junho de 2012. — O Presidente, *Humberto Meirinhos*.

206180521

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ECONOMIA E DO EMPREGO

Gabinetes dos Ministros de Estado e das Finanças e da Economia e do Emprego

Portaria n.º 255/2012

A Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa, S. A., pretende desenvolver um projeto de investimento que tem por objeto a criação do Parque Ribeirinho de Faro, integrado nas intervenções previstas no Polis da Ria Formosa.

O projeto em apreço é financiado pelo Turismo de Portugal, I. P., nos termos do Regulamento da Linha de Apoio I do Programa de Intervenção do Turismo (PIT), criado pelo despacho normativo n.º 20/2007, de 14 de maio, alterado pelo despacho normativo n.º 49/2008, de 24 de setembro, e pelo despacho normativo n.º 30/2009, de 25 de agosto.

De acordo com o mencionado regime regulamentar, o referido projeto beneficia da concessão de um apoio financeiro não reembolsável, no montante de € 836,281.32, a liquidar nos exercícios económicos de 2012 e 2013.

Nestes termos e em conformidade com o disposto no n.º 2 do artigo 45.º da Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, na redação em vigor, manda o Governo, pelo Ministro de Estado e das Finanças e pelo Ministro da Economia e do Emprego, o seguinte:

1 — Fica o Turismo de Portugal, I. P., autorizado a assumir os encargos decorrentes do contrato de concessão de apoio financeiro a celebrar com a Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa, S. A., até ao montante máximo de € 836 281,32, de acordo com a seguinte repartição:

Ano de 2012 — € 700 000,00;
Ano de 2013 — € 136 281,32.

2 — O montante fixado no ano de 2013 pode ser acrescido do saldo apurado no ano de 2012.

3 — Os encargos emergentes da presente portaria são suportados por verbas próprias do Turismo de Portugal, I. P., inscritas e a inscrever no respetivo orçamento.

15 de fevereiro de 2012. — Pelo Ministro de Estado e das Finanças, *Luís Filipe Bruno da Costa de Morais Sarmento,* Secretário de Estado do Orçamento. — Pelo Ministro da Economia e do Emprego, *Cecília Felgueiras de Meireles Graça*, Secretária de Estado do Turismo.

206176075

Portaria n.º 256/2012

A Câmara Municipal de Lamego pretende desenvolver um projeto de investimento que tem por objeto a requalificação e valorização do centro histórico de Lamego.

O projeto em apreço é financiado pelo Turismo de Portugal, I. P., nos termos do Regulamento da Linha de Apoio I do Programa de Intervenção do Turismo (PIT), criado pelo despacho normativo n.º 20/2007, de 14 de maio, alterado pelo despacho normativo n.º 49/2008, de 24 de setembro, e pelo despacho normativo n.º 30/2009, de 25 de agosto.

De acordo com o mencionado regime regulamentar, o referido projeto beneficia da concessão de um apoio financeiro não reembolsável, no montante de € 444,205.52, a liquidar nos exercícios económicos de 2012 e 2013.

Nestes termos e em conformidade com o disposto no n.º 2 do artigo 45.º da Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, na redação em vigor, manda o Governo, pelo Ministro de Estado e das Finanças e pelo Ministro da Economia e do Emprego, o seguinte:

1 — Fica o Turismo de Portugal, I. P., autorizado a assumir os encargos decorrentes do acordo de colaboração a celebrar com a Câmara Municipal de Lamego, até ao montante máximo de € 444 205,52, de acordo com a seguinte repartição:

Ano de 2012 — € 200 000,00;
Ano de 2013 — € 244 205,52.

2 — O montante fixado no ano de 2013 pode ser acrescido do saldo apurado no ano de 2012.

3 — Os encargos emergentes da presente portaria são suportados por verbas próprias do Turismo de Portugal, I. P., inscritas e a inscrever no respetivo orçamento.

14 de maio de 2012. — Pelo Ministro de Estado e das Finanças, *Luís Filipe Bruno da Costa de Morais Sarmento,* Secretário de Estado do Orçamento. — Pelo Ministro da Economia e do Emprego, *Cecília Felgueiras de Meireles Graça*, Secretária de Estado do Turismo.

206176042

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA SAÚDE

Gabinetes dos Ministros de Estado e das Finanças e da Saúde

Despacho n.º 8321/2012

Nos termos do disposto nos n.os 1, 2 e 4 do artigo 6.º dos Estatutos constantes do Anexo II ao Decreto-Lei n.º 233/2005, de 29 de dezembro, alterado pelos Decretos-Leis n.os 50-A/2007, de 28 de fevereiro, 18/2008, de 29 de janeiro, 176/2009, de 4 de agosto, e 136/2010, de 27 de dezembro, e atendendo que os anteriores membros do conselho de administração do Instituto Português de Oncologia de Coimbra Francisco Gentil, E. P. E., cessaram o respetivo mandato em 31 de dezembro de 2011, mantendo-se desde então em funções de gestão até à sua efetiva substituição, torna-se agora necessário proceder à nomeação dos novos membros deste órgão de administração, pelo que se determina o seguinte:

1 — São nomeados, pelo período de três anos, para exercer funções no conselho de administração do Instituto Português de Oncologia de Coimbra Francisco Gentil, E. P. E., os seguintes membros cujo perfil e aptidão para o cargo são evidenciados pelas respetivas sinopses curriculares que se anexam ao presente despacho:

a) Presidente — Licenciado Manuel António Leitão da Silva;
b) Vogais:

Licenciada Paula Cristina Silva Dias Sanches Pinto Alves, que desempenha as funções de diretora clínica;
Enfermeira Maria da Soledade Correia Neves, que desempenha as funções de enfermeira-diretora;
Licenciado Carlos Manuel Gregório dos Santos.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir do 5.º dia útil subsequente ao da sua assinatura.

9 de junho de 2012. — Pelo Ministro de Estado e das Finanças, *Maria Luís Casanova Morgado Dias de Albuquerque,* Secretária de Estado do Tesouro e das Finanças. — O Ministro da Saúde, *Paulo José de Ribeiro Moita de Macedo*.

Manuel António Leitão da Silva

Habilitações académicas:

Licenciado em Medicina pela Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra em 1975, com a classificação de *Bom,* 14 valores.

Formação:

Curso de Gestão em Serviços de Saúde, IPO do Porto, 1997.
Curso de Gestão em Serviços de Saúde da Ordem dos Médicos, 2001;
I Curso de Epidemiologia e Prevenção do Cancro. IPO do Porto, 2001;
I Conferência para quadros dirigentes do Ministério da Saúde, 2002;
II Conferência para Gestores de Topo do Ministério da Saúde, 2002;
Curso sobre «Novos desafios de gestão em saúde», novembro de 2002;
Curso sobre «Programa Avançado em Gestão Empresarial Hospitalar», janeiro de 2003;
Competência em Gestão de Serviços de Saúde, pela Ordem dos Médicos, desde julho de 2003;
Formação para Gestores de Topo do Ministério da Saúde, Figueira da Foz, setembro de 2003.

Experiência profissional/cargos exercidos:

Especialista em ginecologia desde 1982;
Diretor clínico do CROC-IPOFG de 1991 a 1993 e de 1995 a 1997;
Presidente do conselho de administração da Administração Regional de Saúde do Centro no ano de 1994;
Presidente do conselho de administração do CROC-IPOFG de 1991 a 1993 e de 1995 até à presente data (de dezembro de 2002 até 2005, IPOFG-CROC, S. A., de 2005 a 2011, IPOCFG, E. P. E.);
Coordenador nacional para as Doenças Oncológicas, nomeado por despacho do Gabinete da Ministra da Saúde n.º 18120/2010, de 6 de dezembro de 2010 (*Diário da República,* 2.ª série, n.º 235, de 6 de dezembro de 2010). Cargo que exerceu entre julho de 2010 e dezembro de 2011;
Membro da comissão coordenadora para a realização do Plano Integrado de Saúde para a Sub-Região de Coimbra, em 1993;
Presidente da comissão coordenadora do IPOFG nos anos de 1991-1992, 1997-1998, 2008-2009 e 2012;
Responsável desde 1991 até à presente data pelo Registo Oncológico Regional da Região Centro;
Coordenador das Ações de Rastreio Oncológico na Região Centro;
Membro do Grupo Português do Programa Europa Contra o Cancro;
Coordenador em Portugal da Semana Europa Contra o Cancro, representando o País na União Europeia;
Membro do Conselho Nacional de Oncologia desde 1991. Participou na elaboração dos planos oncológicos nacionais publicados até agora;
Nomeado pelo Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia em 10 de março de 1994, para integrar o grupo de trabalho para o estudo, conceção e a elaboração de propostas para programas específicos de investigação na área da saúde;
Membro do grupo de trabalho que elaborou as «Normas orientadoras para a Implementação da Rede de Referenciação Hospitalar de Oncologia», 2000-2001.

Ordem dos Médicos:

Tesoureiro da Secção Regional do Centro da Ordem dos Médicos, 1987-1989;
Tesoureiro do «Comité» Permanente dos Médicos da Comunidade Europeia — 1992, na presidência do Prof. Machado Macedo (sede em Bruxelas);
Membro do Conselho Nacional Executivo da Ordem dos Médicos — 1990-1992;
Representou o Conselho Nacional Executivo da Ordem dos Médicos em diversas reuniões do Comité Permanente dos Médicos da Comunidade Europeia entre 1991 e 1993;
Representou o Conselho Nacional Executivo da Ordem dos Médicos na Associação Médica Mundial em Istambul, abril de 1993;
Vice-presidente da Secção Regional do Centro da Ordem dos Médicos — 1992-1993;
Membro da Comissão mista da Ordem dos Médicos e Ministério da Saúde para a titulação única e uniformização dos curricula das diversas especialidades médicas — 1991-1992;
Membro da Comissão de Ética Regional, 1995.

Atividade docente:

Estágios para médicos dos centros de saúde;
I Curso de Introdução à Oncologia Médica destinada a médicos internistas;
Ações de formação para o rastreio do carcinoma do colo uterino;
1.º Ciclo de estudos especiais de Ginecologia Oncológica;
1.º Curso Europeu de Oncologia para clínica geral;
Colaborou no ensino prático da cadeira de Introdução à Saúde Comunitária da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra (2.º ano);
Colaborou no ensino prático da cadeira de Ética, Deontologia e Direito Médico da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra (4.º ano), em 2005;
Colabora no ensino da cadeira de Epidemiologia, Prevenção e Rastreio do Cancro. Registo Oncológico da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra (6.º ano), desde 2010.

Apresentações:

Conferência «Da Empresarialização à Regulação em Saúde», dezembro 2003;
Apresentação «Desatar o Nó do Luto», 2004;
Apresentação «SNS e Hospitais, S. A.», 2004;
Membro do Grupo de Trabalho da Direção-Geral da Saúde para elaboração do Programa Nacional de Prevenção e Controlo do Cancro, fevereiro 2005;
Apresentação «Registo Oncológico Regional», 2006;
Apresentação «Aspetos Éticos da Gestão de Recursos em Oncologia», 2007;
Apresentação «O Cancro do Pulmão no âmbito do Plano Oncológico Nacional», 2008;